

DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE GOVERNO PARTICIPATIVO

Pacto Por Uma Fortaleza de Todos

Prefeito

Capitão Wagner

Vice-Prefeita

Kamila Cardoso

Coligação Majoritária:

PROS – Podemos - Republicanos – PSC – PMN – PMB – Avante – PTC - DC

Setembro - 2020

UM PLANO EM CONSTRUÇÃO

Apresentamos algumas diretrizes que estão norteando a elaboração do plano de governo participativo da chapa Capitão Wagner – prefeito e Kamila Cardoso – vice-prefeita, da Coligação Por Uma Fortaleza de Todos. As discussões com a sociedade, iniciadas no ano de 2019, se deram por meio da realização dos encontros denominados de Pacto de Cooperação por Fortaleza, que reuniu uma plêiade de especialistas, representantes de classe, instituições do terceiro setor, lideranças comunitárias e políticas, em torno dos diversos temas do interesse da cidade. As discussões irradiaram para diversos bairros e ganharam força com a participação da população, na apresentação dos problemas que afligem o seu cotidiano e na busca de soluções.

A estrutura do Plano está dividida em quatro Eixos Programáticos:

1. Pacto pela Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano
2. Pacto pelo Desenvolvimento Econômico, Inovação e Emprego
3. Pacto pelo Meio Ambiente, Mobilidade e Infraestrutura da Cidade
4. Pacto por uma Governança Eficiente, Transparente e Participativa

O Plano de Governo Participativo segue em elaboração, passando por todos os bairros, com a realização de novas reuniões com a população e com entidades, recebendo suas contribuições. A sua redação final será apresentada à sociedade durante o mês de outubro.

EIXO 1

Pacto pela Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano

Diretrizes para a SAÚDE

Criação do Programa Nova Saúde Fortaleza - NSF, com foco na universalização, humanização e eficiência no atendimento aos usuários da rede pública municipal de saúde. São diretrizes do NSF:

- Garantia de acesso integral à rede municipal, sem barreiras de territorialização, permitindo que o usuário seja atendido em qualquer unidade de saúde, independente do bairro onde reside e trabalha;
- Acesso do usuário ao sistema através da marcação de consulta por aplicativo de celular, internet ou central telefônica 24h. Este procedimento tem o objetivo de acabar com as filas que se formam nas madrugadas; e eliminar os intermediários estranhos ao SUS;

- Efetivação do prontuário eletrônico em sistema unificado, compartilhado em todo a rede de saúde, inclusive para as equipes do Programa de Saúde da Família;
- Zerar todas as filas de consultas, exames e cirurgias até o final do quinto mês do primeiro ano de gestão, através da implantação de sistema de consultas das 7h às 21h; Rede Ambulatorial Integrada e a reestruturação rede própria, complementada através da contratação, por demanda, de procedimentos junto à rede privada;
- Reestruturação da rede de hospitais secundários, descentralizando o atendimento emergencial de média complexidade e cirurgias eletivas;
- Implantação do Programa de Atenção Integral ao Idoso, inclusive com unidades especializadas no atendimento geriátrico e de medicina preventiva;
- Implantação de uma rede de cuidados integrais materno infantil, garantindo o ciclo completo de atendimento a mulher desde a gravidez aos primeiros seis meses de vida da criança;
- Implantação de rede ambulatorial especializada para o atendimento a pacientes com diabetes e hipertensão arterial;
- Reestruturar toda a rede CAPS e implantar atendimento 24h nas unidades de referência;
- Dotar o sistema público de saúde de unidades especializadas na reabilitação de pacientes com danos temporários ou permanentes em suas funções motoras;
- Garantir um sistema de controle eficaz (com sistema de auditoria permanente) para a compra, logística e disponibilização de medicamentos no tempo certo. Garantindo facilidade no seu recebimento pelos pacientes;
- Garantir uma política pública eficiente de valorização dos profissionais da saúde de Fortaleza, com a realização de concurso público ainda no primeiro ano de gestão, com foco no combate à precarização na relação de trabalho, em curso na atual gestão.

Diretrizes para a **EDUCAÇÃO**

O sistema de educação pública municipal requer cuidados especiais por parte da nova gestão, principalmente no tocante à valorização dos professores e demais profissionais da educação; na infraestrutura das escolas; e na relação escola-comunidade. São diretrizes para um novo modelo de educação:

- Adoção de um novo sistema de ensino, com a garantia de acesso de professores e alunos a material didático de qualidade, com foco na inclusão, no conhecimento e no resultado;
- Universalizar o acesso ao ensino de tempo integral até o final do segundo ano de gestão;
- Garantir um amplo programa de capacitação e valorização dos professores, com prioridade na contratação por concurso público e na ascensão na carreira do Magistério;
- Implantar política municipal de tecnologia e inovação na educação;

- Garantir que todos os alunos da escola pública municipal tenham acesso ao ensino de idiomas estrangeiros, com prioridade para a aprendizagem do inglês e do espanhol;
- Instituir o programa AGENTE DA EDUCAÇÃO, escolhidos através de seleção pública, para a promoção do laços família-escola-comunidade; para a execução de novas políticas públicas; e na pacificação do ambiente escolar;
- Zerar a demanda de vagas para a educação infantil, até o final do segundo ano de mandato;
- Garantir o fornecimento de fardamento escolar completo para os alunos;
- Garantir um ambiente escolar seguro e pacificado, inclusive com uso de tecnologias de vigilância eletrônica e ações de promoção da vida;
- Estimular a prática do desporto escolar integral, com investimentos em formação e infraestrutura para o esporte;
- Garantia de assistência médica e segurança alimentar aos alunos da rede pública municipal de ensino.

Diretrizes para a **PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(INFÂNCIA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS, MULHERES, JUVENTUDE, TERCEIRO SETOR, DIREITOS HUMANOS E MINORIAS)

A rede municipal de proteção e assistência social necessita de uma ampla reestruturação, com foco na destinação efetiva de recursos; no fortalecimento das instituições e dos equipamentos; da valorização e requalificação dos profissionais. São diretrizes para uma nova rede de proteção e assistência social:

- O fortalecimento e a estruturação dos conselhos tutelares de Fortaleza, que passam por um longo período de sucateamento em sua infraestrutura e desvalorização de suas atribuições enquanto agentes públicos;
- Reestruturação dos conselhos municipais de participação popular, vinculados à proteção e assistência, atribuindo-lhes real caráter consultivo e deliberativo;
- Fortalecimento e reestruturação do COMDICA; dos conselhos municipais da pessoa idosa; da assistência social; de erradicação da pobreza; da assistência à população em situação de rua; de segurança alimentar.
- Construção coletiva e fortalecimento de um plano municipal de segurança alimentar, com foco no combate à fome e na garantia do acesso da população a alimentação de qualidade;
- Implantação de restaurantes populares, a preços subsidiados, descentralizados, para o atendimento à população em risco alimentar;
- Criação de estruturas que possibilitem a aquisição de alimentos básicos a preços subsidiados, com foco nas pessoas incluídas em cadastros e programas de assistência social;
- Garantir uma ampla e eficaz política municipal sobre drogas, com foco na educação e prevenção ao uso; a assistência integral aos usuários e seus familiares; e ao fortalecimento de parcerias para a reinserção social e o acesso ao emprego;

- Estabelecer parcerias com o terceiro setor, inclusive com instituições de cunho religioso, para o acolhimento e tratamento de usuários de droga, com o acompanhamento integral por parte do Poder Público;
- Estabelecer um plano municipal para o atendimento à população em situação de rua, com foco na assistência médica; na segurança alimentar; no tratamento humanizado; na inclusão; no acesso à moradia; e na reinserção ao ambiente familiar e ao mercado de trabalho;
- Garantir a realização, até o quinto mês de gestão, de um censo municipal da população em situação de rua, para subsidiar as políticas públicas e ações da prefeitura.
- Fortalecer a atuação da Coordenadoria de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência;
- Garantir acesso universal a órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção;
- Promover o acesso de pessoas com deficiência aos programas habitacionais da Prefeitura de Fortaleza, com oferta de imóveis adaptados e acessíveis;
- Universalizar a educação inclusiva, com a criação de uma estrutura de gestão voltada para a garantia desse direito;
- Implantação de uma ampla rede municipal de proteção à criança e ao adolescente;
- Promover ações efetivas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes; e de combate ao trabalho infantil;
- Garantir uma renda mínima e a complementação alimentar e nutricional para mães de crianças de zero a seis meses, em situação de vulnerabilidade social;
- Fortalecimento do Conselho Municipal do Idoso;
- Garantir uma ampla rede de atendimento ao idoso, com foco na assistência a saúde e na proteção social; e a implantação de centros de convivência para pessoas idosas;
- Reestruturação e fortalecimento da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres e implantação do Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência;
- Implantação de políticas públicas efetivas de qualificação e geração de emprego e renda para mulheres, com prioridade para as chefes de família; e para as vítimas de violência;
- Garantir tratamento igualitário de oportunidades e ascensão funcional para mulheres no âmbito da administração municipal;
- Garantir que as políticas habitacionais do Município priorizem a titularidade do imóvel (“papel da casa”) em nome da mulher;
- Fortalecer as políticas de Juventude, garantindo o acesso do jovem a programas de formação para o trabalho e o empreendedorismo; à cultura; ao desporto e ao lazer; com a implantação de centros de formação para a Juventude;
- Fortalecer e ampliar o programa Bolsa Jovem, garantindo recursos orçamentários para a inclusão de todos os jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica;
- Reestruturar e fortalecer o papel deliberativo e consultivo do Conselho Municipal da Juventude, com a criação dos conselhos locais nos territórios de gestão;
- Estabelecimento de parcerias com o terceiro setor, inclusive com entidades de cunho religioso, para a promoção de políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento da educação; a formação para o trabalho; à cultura; e a assistência social;

- Fortalecer as ações do conselho municipal e da coordenadoria da igualdade racial, como instrumento formulador e executor de políticas públicas da prefeitura;
- Investir na ampliação do alcance da educação em direitos humanos, com foco na capacitação de servidores públicos e da comunidade em geral;
- Implantar uma coordenadoria especial para a promoção dos direitos da população LGBTQIA+; e a criação de centros de cidadania para a promoção de formação para o trabalho.

Diretrizes para a CULTURA

As políticas municipais de reconhecimento, difusão e acesso à cultura em Fortaleza, precisam passar por um amplo processo de reestruturação para a garantia do financiamento; da inclusão de todas as artes; da memória cultural; e do entretenimento. São diretrizes para uma nova política cultural para a cidade:

- Fortalecimento da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza, garantindo o financiamento adequado ao atendimento das políticas públicas de cultura; e com a realização de concurso público para a formação de quadros permanentes de técnicos e gestores;
- Reestruturação e fortalecimento do Conselho Municipal da Cultura e do Fundo Municipal da Cultura; e a criação dos conselhos de culturas dos territórios de gestão;
- Reestruturação da política municipal do patrimônio histórico e artístico de Fortaleza, com ênfase a garantia de estrutura e pessoal para uma atuação permanente da defesa dos instrumentos da memória e da história da cidade;
- Implantação de polos de promoção da cultura e da economia criativa;
- Valorização da arte da nossa gente, com a priorização de atrações artísticas locais em eventos promovidos ou patrocinados com recursos públicos;
- Reconhecimento dos nossos mestres e mestras da cultura de Fortaleza, com foco na promoção e transmissão do conhecimento para as futuras gerações;
- Valorização das diversas manifestações de artes, executando políticas públicas de formação, de qualificação e difusão cultural, através dos Agentes da Cultura;
- Reconhecimento da importância de promover a nossa identidade cultural e artística, com a implantação, em parceria com a iniciativa privada, do Centro de Referência do Humor e do Museu do Forró;
- Reconhecer e valorizar a cultura dos povos do mar; da pesca artesanal e da venda do pescado; da construção da jangada e dos insumos da pesca; da renda; das manifestações religiosas de nossos pescadores; através de implantação de um centro de referência;
- Dotar a cidade de infraestrutura e incentivos fiscais para o fomento de produções audiovisuais que promovam cenários e locações que tenham como pano de fundo a paisagem urbana e natural de Fortaleza;

- Implantação de programas de microcrédito para os profissionais da cultura, com foco na aquisição de instrumentos de trabalho e de insumos para o desenvolvimento das diversas manifestações artísticas e culturais;
- Colocar pra funcionar a lei de incentivo municipal, denominada de Mecenato Municipal de Cultura, com a destinação de até cinco milhões de reais em renúncia fiscal de ISS para o ano de 2021.
- Implantação de um amplo programa de incentivo ao mercado local de entretenimento, que sofreu duras perdas no ano de 2020, inclusive com demissões em massa, por contas das limitações impostas em face da pandemia de Covid-19. O foco do programa será a recuperação desses postos de trabalho.

Diretrizes para o ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer devem estar na prioridade da gestão pública municipal, principalmente com o foco na ampliação da oferta de esporte; da infraestrutura; na saúde preventiva; e na integração social. Precisamos garantir o acesso universal da população à prática de atividades físicas. São diretrizes para uma nova política municipal do Esporte:

- Reestruturação do Conselho Municipal do Esporte e Lazer e do Fundo Municipal do Esporte; além da implantação dos conselhos locais de esporte e lazer dos territórios de gestão;
- Garantir uma bolsa auxílio aos praticantes de esporte, nas modalidades participação e alto rendimento;
- Fortalecer os vínculos do ambiente escolar com o esporte, garantindo que todo estudante da rede pública que queira praticar uma atividade esportiva tenha acesso no próprio ambiente escolar;
- Instituir, em parceria com instituições de ensino superior, um observatório municipal do esporte; e o censo municipal do esporte;
- Promover um amplo processo de inclusão de pessoas com deficiência nas políticas e ações de esporte e lazer da prefeitura;
- Fortalecimento de parcerias com entidades do terceiro setor, com federações e ligas esportivas locais, para a promoção do esporte e lazer.

Diretrizes para a SEGURANÇA PÚBLICA

O município não pode ser mero coadjuvante nas políticas de segurança pública. Todos os entes federados devem agir em cooperação para a consecução dos objetivos de pacificação das cidades e a proteção dos seus cidadãos, como está disposto na Constituição Federal no ordenamento ordinário de leis. São diretrizes para a nova política de segurança pública de Fortaleza:

- É necessário promover um amplo programa de treinamento para os agentes de segurança da Guarda Municipal de Fortaleza; com a garantia de infraestrutura e equipamentos necessários ao desempenho de suas funções;

- Garantia da ação preventiva e ostensiva da Guarda Municipal no policiamento de praças e parques públicos;
- Garantir o funcionamento otimizado das torres de segurança já construídas, colocando pra funcionar um amplo e eficaz sistema de videomonitoramento dos espaços públicos;
- Garantir a segurança do ambiente escolar, promovendo policiamento preventivo e ações de educação para a paz social e a prevenção ao uso de drogas;
- Efetivar uma política de segurança voltada para o atendimento ao turista e a proteção da orla de Fortaleza;
- Reestruturar e fortalecer as políticas públicas e ações de defesa civil;
- Promover um amplo programa de melhoria da qualidade da iluminação pública;
- Dotar a Guarda Municipal de Fortaleza de uma sede própria e de uma Academia para capacitação permanente de seus quadros. Atualmente, a sede a instituição localiza-se em um hotel alugado pela Prefeitura, no bairro Messejana.

EIXO 2

Pacto pelo Desenvolvimento Econômico, Inovação e Emprego

Um dos maiores desafios para a nova gestão da cidade será o de recolocar a economia de Fortaleza nos eixos. Precisamos devolver dignidade e oportunidades aos empreendedores, que foram tratados como adversários pela atual gestão. O resultado foi uma profunda desaceleração da atividade econômica da cidade; a estagnação de atividades econômicas fundamentais como o turismo e toda a cadeia de prestação de serviços; e o fechamento de milhares de postos de trabalho. A política ineficaz de desenvolvimento econômico desastrosa da atual gestão, foi agravada com os efeitos danosos da pandemia de Covid-19.

A nova gestão terá um papel fundamental como indutor e facilitador de novos investimentos e empreendimentos para a Capital; e na geração de uma agenda positiva para a economia, capaz de recuperar os empregos e recolocar a imagem da cidade como parceira do desenvolvimento e aberta aos novos negócios.

São diretrizes para a nova política de desenvolvimento econômico, inovação e empregos:

- Implantação de uma agência para o desenvolvimento econômico de Fortaleza, como indutora da atração e abertura de novos negócios e da preservação dos empreendimentos já existentes; com foco na inovação; na colaboração; na parceria; na assistência técnica; no desenvolvimento local; e na economia criativa;
- Implantação de um amplo programa de incentivo ao empreendedorismo e a geração de empregos, com a concessão de incentivos fiscais para novos negócios e com a simplificação dos processos para a abertura de novas empresas; e com a reconstituição do alvará definitivo para os negócios que, atualmente, passam pela burocracia atrasada da emissão anual de um documento que deve ser permanente;

- Criação de zonas especiais de desenvolvimento econômico, para garantir a revitalização de atividades econômicas em áreas específicas do território municipal;
- Incentivar e desenvolver os arranjos produtivos locais e a economia local, com programas de fomento ao microcrédito e parte das pequenas compras governamentais direcionadas a micro e pequenas empresas do bairro;
- Fomentar a economia criativa e o desenvolvimento de empreendimentos com foco na sustentabilidade;
- Promover a requalificação das feiras em espaços públicos, garantindo o mínimo de infraestrutura e organização dos espaços;
- Garantir soluções para a reativação da economia e a revitalização do Centro da Cidade, com foco na atração de projetos habitacionais; de negócios voltados para o turismo, o entretenimento e a cultura; para a preservação do patrimônio histórico; e a instalação de novos negócios, com a implantação de um polo de inovação tecnológica;
- Promover um amplo programa de requalificação do parque de estacionamentos do Centro, inclusive com a implantação de um novo modelo para a Zona Azul;
- Fortalecer as políticas públicas para o fomento e a promoção da atividade turística em Fortaleza, com foco na formação e qualificação da mão de obra; na requalificação do parque de monumentos, museus e rotas turísticas; na captação de eventos corporativos, culturais e esportivos; e na oferta de um ambiente seguro para o turista e para o fortalezense que frequenta os pontos turísticos da cidade;
- Criação de uma central de empregos da Prefeitura de Fortaleza, para a intermediação de vagas junto aos empreendedores da cidade;
- Implantar um amplo programa municipal de capacitação e formação para o trabalho e para o empreendedorismo, com a criação de centros de formação, através de convênios com instituições de ensino profissionalizante. A meta é capacitar 90 mil trabalhadores até o final do primeiro ano de gestão;
- Implantação de um amplo programa de fomento à inovação, à criatividade e ao uso de tecnologias em processos de geração de emprego e renda; na educação; na saúde; e na administração pública.

EIXO 3

Pacto pelo Meio Ambiente, Mobilidade e Infraestrutura da Cidade

Fortaleza é uma cidade complexa na distribuição e na ocupação de seu território. Tem problemas seculares e novos desafios. Um município predominantemente urbano que foi, ao longo últimos 50 anos, comprometendo de forma permanente a qualidade e a quantidade da sua malha verde, dos seus recursos naturais. É a cidade dos aglomerados subnormais; das desigualdades socioespaciais; e da segregação territorial. A nova gestão deve priorizar a universalização do saneamento básico; a manutenção eficaz de sua malha viária; a ampliação de ciclofaixas e ciclovias; a gestão inteligente do tráfego; a acessibilidade; e as obras estruturantes, principalmente na periferia, onde parte dos fortalezenses ainda convivem com o lixo; com o esgoto a céu aberto; com a deficiência na oferta de serviços básicos como água e esgoto. São diretrizes para uma nova política de meio ambiente, mobilidade e infraestrutura:

- A execução de um amplo programa de universalização do acesso ao saneamento básico, com garantia de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana com coleta de resíduos sólidos; e drenagem de águas pluviais;
- Desenvolver ações de infraestrutura para eliminar pontos de alagamento da cidade, inclusive com obras eficazes de drenagem de vias e a dragagem de canais e afluentes;
- Implantação de um amplo programa de despoluição e revitalização das nossas principais lagoas e açudes, como importantes reservas hídricas;
- Implantação de um programa, em parceria com o Governo do Estado e com instituições de financiamento nacionais e internacionais, para a requalificação e revitalização das bacias dos rios Ceará, Maranguapinho e Cocó;
- A despoluição da orla marítima de Fortaleza, garantindo a balneabilidade das praias para uso seguro pela população e pelos turistas;
- Promover um amplo programa de educação ambiental, com foco nas escolas municipais e na realização de campanhas de esclarecimento para a população em geral;
- Fortalecer programa municipal de coleta seletiva ponto a ponto e porta a porta;
- Implantação de um novo modelo de gestão para a zona costeira de Fortaleza, com ênfase para as áreas da Barra do Ceará, Praia do Futuro e Sabiaguaba; com foco na requalificação das áreas; na exploração racional da atividade turística; e na proteção à biodiversidade marinha, mangues e faixa de praia;
- Execução do Plano de Manejo do Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba;
- Consecução de um plano municipal para o estímulo ao uso domiciliar e comercial de energias renováveis; e a implantação de um parque municipal para a captação de energia solar, aproveitando a cobertura de escolas, unidades de saúde e outros próprios da prefeitura;
- Implantação de um programa de revitalização de parques e praças da cidade;
- Garantir a implantação plena das Zonas Especiais de Interesse Social, com foco na habitação popular e na regularização fundiária;
- Implantação de um programa habitacional realmente eficaz, com a construção de pelo menos vinte mil novas moradias até o final do quarto ano de gestão;
- Realização de programa de regularização fundiária, com foco na eliminação dos aglomerados subnormais e áreas de risco;
- Promover uma ampla auditoria no programa habitacional de Fortaleza, com ênfase na apuração de irregularidades e na ineficácia do sistema de distribuição dos imóveis pela atual gestão;
- Reformulação da política municipal de proteção animal, com ênfase à composição de um novo modelo de gestão, priorizando o combate à proliferação de animais em situação de rua, hoje estimado em cerca de cem mil vivendo em praças, parques e terrenos baldios;
- Realização de um amplo esforço da gestão municipal para a realização de um mutirão de cirurgias de castração, através de parcerias com instituições de ensino superior e convênios com a rede privada de saúde animal. A meta é a realização de até cem mil procedimentos até o quarto ano da nova gestão, com prioridade para animais em situação de rua;
- Implantação do Agente Municipal de Proteção Animal, através de seleção pública, para atuação no planejamento e execução de políticas públicas de proteção animal;
- Implantação de um rígido programa de qualidade das obras públicas municipais, com foco na fiscalização eficaz da execução dos contratos licitados, evitando desperdícios e desvios de recursos do erário municipal;
- Ampliação da malha cicloviária da cidade, com ênfase para o aumento da oferta de novas vias na periferia;
- Revisar todo a área de cobertura do sistema de Zona Azul, com ênfase na garantia efetiva de rotatividade de vagas e na viabilidade econômica dos negócios atingidos pela cobrança de vagas em áreas públicas;

- Implantação da Hora 1 da Zona Azul, com a isenção de pagamento na primeira hora de uso do serviço.

EIXO 4

Pacto por uma Governança Eficiente, Transparente e Participativa

A cidade de Fortaleza necessita de modelo um novo de governança municipal, com a baseado na gestão por resultados; na eficiência; na descentralização; na convergência digital; na digitalização e simplificação de processos; na transparência; no acesso universal; e na participação popular. São diretrizes para o novo modelo de gestão da Prefeitura de Fortaleza:

- Aproximar administração pública municipal da população, através da descentralização da gestão, permitindo ao cidadão o acesso presencial a todos os serviços da prefeitura através de estruturas planejadas para o atendimento dentro de cada um dos 39 territórios de gestão;
- Implantação do conceito de governo digital, permitindo o acesso rápido aos diversos serviços prestados pela Prefeitura através de plataformas digitais, aplicativos e centrais telefônicas. A convergência digital na gestão tem como foco a eficiência; a economia de recursos públicos; a simplificação de procedimentos e processos; a redução de custos e os impactos sobre o meio ambiente; e a mitigação da corrupção e da burocracia;
- Implantação de programas permanentes de valorização dos servidores públicos, com ênfase à realização de concursos públicos; a efetivação de planos de cargos e carreiras; remuneração justa; acesso à capacitação e qualificação;
- Restruturação do IPM Saúde, o plano de saúde do servidor da prefeitura, com a recomposição da rede de atendimento e o aumento na oferta da rede de serviços médico-hospitalares;
- Promover ampla auditoria nas contas da previdência dos servidores municipais, com ênfase na reestruturação da gestão do instituto responsável pela gestão dos recursos, cujas projeções atuariais apontam para insolvência financeira a partir deste ano de 2020, na ordem de 237 milhões de reais, atingindo o patamar negativo de 2,3 bilhões de reais ao final do exercício financeiro de 2024;
- Garantir a participação popular no processo de planejamento e execução de políticas públicas da nova gestão, através dos conselhos consultivos e/ou deliberativos, dentre os quais o Conselho da Cidade; os conselhos municipais temáticos; e os conselhos dos territórios de gestão;
- Recompôr a política de participação popular na elaboração do orçamento público de Fortaleza (Orçamento Participativo), conforme dispõe o art. 173, §2º da Lei Orgânica do Município, com a realização de audiências públicas e sessões deliberativas compostas por representantes da comunidade, em cada um dos 39 territórios de gestão.